

Aluno sofre com a falta de professores

Beto Rocha

Secretaria requisita dos estados

A chefe de gabinete da Secretaria de Educação, Marta Cintra, negou que há professores da Fundação Educacional pagos pelo GDF para trabalharem em outros estados da Federação. "O governador José Aparecido baixou um decreto em 26 de abril último não permitindo requisição para outros estados" disse ela. Segundo Marta ocorre hoje uma situação inversa, ou seja, existem 220 professores requisitados de outros estados trabalhando em Brasília, mas com o ônus para o estado de origem.

Quanto ao problema da falta de professores nas escolas, Marta Cintra disse que só na Ceilândia o problema persiste. "O secretário Fábio Bruno autorizou a todos os professores que desejassem, que pegassem horas excedentes, e todos os diretores das regionais ofereceram carga dobrada a quem não tinha". Esta autorização do professor Fábio Bruno, segundo Marta Cintra, vigora desde a quinta-feira e no Gama todas as vagas foram preenchidas, garantiu.

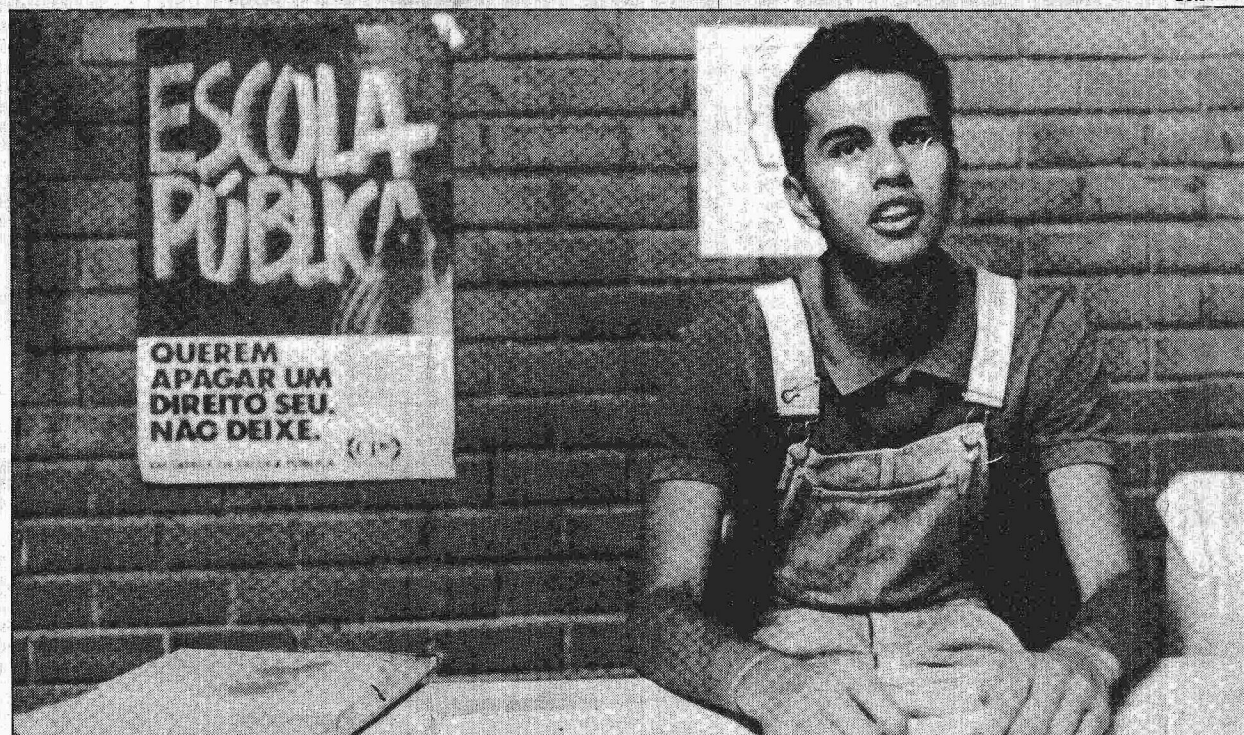
Ceilândia

Segundo Marta Cintra, o problema da falta de professores na Ceilândia ultrapassa a competência administrativa do GDF. Faltam 43 professores na satélite, mas a Secretaria de Educação não pode abrir concurso, devido ao decreto presidencial de fevereiro de 88, que proíbe contratação de servidores.

Mas o principal motivo desta carência na Ceilândia se refere ao salário pago pela Fundação Educacional. Um professor da Secretaria de Educação, que preferiu não ter seu nome divulgado, estava abandonando seu cargo na Ceilândia para trabalhar na Rádio Cultura. Na escola onde lecionava recebia mensalmente Cz\$ 100 mil enquanto na rádio receberá acima de Cz\$ 350 mil. Somente neste ano, 213 professores deixaram a Fundação para lecionarem em escolas particulares.

Salário

Um professor classe "C" ganha hoje em média Cz\$ 200 mil para lecionar 40 horas semanais na rede pública. Na particular, este salário ultrapassa os Cz\$ 400 mil. Para lecionar 20 horas semanais, um professor classe "A" da Fundação recebe um salário de Cz\$ 49 mil, pouco mais de três salários mínimos.



No Gama, Cléber de Souza quer reposição de aulas aos sábados e um novo horário

Gama, greve força volta às aulas

Antes que perdessem seus cursos e seus esforços, os alunos do Centro de Ensino nº 2 do Gama, resolveram brigar junto com a direção da escola para conseguir mais professores na Fundação Educacional do DF (FEDF). Com uma greve por tempo indeterminado e audiências com as autoridades responsáveis pelos recursos financeiros destinados ao setor de Educação no DF, os estudantes estão conseguindo os professores que precisam para concluir seus cursos.

Os alunos do CE nº 2 precisam de apenas uma semana de greve para conseguirem as aulas que faltavam. Já começou a dar aulas o professor de Química, mas ainda faltam um professor de Inglês e outro de Sociologia, no curso noturno, já prometidos para breve. Os alunos ainda estão negociando a reposição das aulas perdidas com a greve, mantendo-se em "estado de alerta", caso as promessas não sejam cumpridas.

"fizemos a greve conscientes de que precisaríamos repor as aulas. Estamos discutindo a adoção de um sexto horário (uma aula a mais por dia) e a reposição das aulas de química aos sábados, na parte da manhã. Acreditamos que precisaremos de cinco semanas para repor tudo, mas se a direção da escola não concordar com este esquema,

ou não conseguirmos os dois professores que ainda faltam vamos retomar a greve", explicou o presidente do Grêmio estudantil Cléber Peixoto de Souza, 17 anos que está cursando a primeira série do 2º grau.

Os membros do Grêmio também querem mais recursos para reformar a escola, principalmente o auditório (único do Gama), banheiros e algumas salas de aula. Com este intuito, estiveram na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), onde não conseguiram falar com o ministro João Batista de Abreu, mas foram recebidos pelo chefe de Gabinete, que lhes explicou como é feito o repasse de verbas para o GDF aplicar na educação, e quanto já foi liberado.

Segundo Cléber Peixoto, um técnico disse que o GDF já havia recebido Cz\$ 378 milhões, de um total de Cz\$ 673 milhões previstos para este ano. A partir de 1989 a nova Constituição não obriga a União a repassar verbas para o GDF, nos setores de Educação e Saúde. "Agora, só a Segurança Pública tem recursos garantidos", disse Cléber. Ainda foi explicado aos alunos que os técnicos da Seplan calcularam que o GDF gastaria Cz\$ 1,5 bilhão em Educação no próximo ano, mas os cálculos do

GDF apontaram um gasto previsto de Cz\$ 64 bilhões.

Cléber Peixoto acredita que, nesta semana, espera ter uma audiência com o presidente do TCDF para saber onde foram gastos nos Cz\$ 378 milhões já liberados pela Seplan. O líder estudantil garante que o movimento não tem qualquer ligação com partidos políticos. "Tudo o que fizemos foi decidido aqui nesta salinha e em assembleias com todos os alunos dessa e de outras escolas.

As maiores dificuldades enfrentadas pela Diretoria Regional de Ensino do Gama, para suprir a falta de 22 professores nas 45 escolas, está no crescente número de professores demissionários — uma média de quatro por dia em todo o DF e três por mês no Gama —, as professoras em licença-gestante e a proibição de novas contratações por decreto presidencial. "Salários ruins, e péssimas condições de trabalho são as principais causas dos pedidos de demissão", explicou um funcionário que preferiu não ser identificado. Segundo ele, a falta de professores deve aumentar ainda mais com o que ele chama de "período da desova", quando as professoras começam a pedir licença-gestante para aproveitar as festas de fim de ano e só voltando no mês de março do ano que vem.

Os 353.705 alunos das escolas públicas do Distrito Federal estão enfrentando, mais uma vez, um problema que se repete há vários anos: a falta de professores nas salas de aula. O déficit atual, segundo a Fundação Educacional do DF, é de 65 professores nas oito Diretorias Regionais de Ensino, sendo que a carência maior é na Ceilândia, onde estão concentrados cerca de 100 mil estudantes.

A Fundação Educacional tem em seus quadros, de acordo com dados de março passado, 16.156 professores. Destes, cerca de 13 mil estão nas salas de aula, os restantes exercem atividades administrativas ou estão cedidos a outros órgãos do Governo. Muitos dos requisitados, no entanto, continuam na folha de pagamento do GDF, mesmo morando em outros estados.

O déficit calculado pela Fundação baseia-se no número de disciplinas sem professores. São nove no Plano Piloto, nove em Brazlândia, 24 na Ceilândia, 18 no Gama, quatro no Guará, três em Planaltina, uma em Sobradinho e sete em Taguatinga. Se forem levadas em conta, no entanto, a superlotação nas salas de aula e a necessidade de construção de mais escolas, nas regiões carentes, este número subiria muito.

Superlotação

Na Ceilândia, por exemplo, onde existem 72 escolas públicas e mais de 100 mil estudantes, a lotação das salas de aula está acima do ideal. No primeiro grau, ao invés de 25 são encontrados até 35 alunos por turma. No segundo grau diurno este número sobe para 40, chegando a até 50 nos cursos noturnos.

Enquanto isso, a Regional do Plano Piloto e Cruzeiro distribui seus cerca de 60 mil alunos em 104

escolas. Ali, a média de alunos por sala é de 25, no primeiro grau, e 35, no segundo. A Vila Paranoá é um caso à parte nesta Regional, pois segundo dados da FEDF, aquela população precisa de 45 novas salas de aula em dois turnos, ou 30 em três.

Apesar do problema da Vila Paranoá, a Regional do Plano Piloto/Cruzeiro é a segunda em número de professores. São 3.010 contra 3.526 da Ceilândia, que está na frente tanto na concentração de estudantes como na de professores. Pelo menos uma distorção pode ser verificada neste caso. A Regional Taguatinga, embora tenha o segundo maior contingente de alunos (são 61.299), perde para o Plano Piloto na distribuição de professores, por uma diferença de 856.

Remoção

As transferências também são responsáveis pela grande concentração de professores no Plano Piloto. Por isso, a Secretaria de Educação baixou a instrução 249, de janeiro deste ano, que modifica as normas de remoção: o critério básico para a transferência passa a ser o concurso público. Mesmo assim, foi mantido o sistema da remoção ex-officio, movimentação autorizada exclusivamente pelo diretor executivo.

Além dos 981 professores empregados na administração da Fundação dos requisitados, a Fundação Educacional tem ainda uma reserva de cerca de 1.500 professores. São os concursados cujas contratações foram barradas pelo decreto presidencial de janeiro último, que proíbe a admissão de funcionários na administração pública federal, estadual e municipal. Só este contingente daria para resolver o problema da falta de professores nas salas de aula do DF.

Beto Rocha



Alunos vão à escola e esperam pelo professor na porta da sala